
ἄρχαί

AS ORIGENS DO PENSAMENTO OCIDENTAL

THE ORIGINS OF WESTERN THOUGHT

ARTIGO

Políbio, o Mar do Ponto e a semântica do desastre socioambiental

Polybius, the Pontic Sea and socioenvironmental disaster's semantics

Dyel Silvaⁱ

<https://orcid.org/0000-0002-0857-1030>

dasilvadyel@gmail.com

ⁱ Universidade Federal de Santa Catarina – Florianópolis – SC – Brasil

SILVA, D. (2025). Políbio, o Mar do Ponto e a semântica do desastre socioambiental. *Archai* 35, e03510.

Resumo: O antigo Mar do Ponto, hoje conhecido como Mar Negro, é um dos mais importantes da história. No período helenístico, ficou conhecido o argumento segundo o qual ele se tornaria um pântano raso, dado o seu aluvionamento e a ignorância com relação a esse processo. Ao propormos um diálogo da História Antiga com a

História Ambiental, partimos do conceito recente de *desastre socioambiental* e o aproximamos à tipologia do desastre nas *Histórias* de Políbio (c. 200 – c. 117 A.E.C.) e à sua investigação sobre o Mar do Ponto. O nosso objetivo é compreender a semântica dessa experiência e de refletir sobre a historicidade da consciência humana de sua dependência do ambiente. Por isso recorreremos à linguagem na qual essa experiência se conceptualiza na medida em que as ações humanas e o destino do mar são temporalmente articulados pelo autor. Concluimos, enfim, que há similaridades expressivas entre a semântica contemporânea e a antiga, dado que Políbio advogava por uma ética consequente do ser humano de investigar para melhor se adaptar ao ambiente. Esperamos, igualmente, que este seja um ensejo para fortalecer os laços entre História Antiga e História Ambiental.

Palavras-chave: Políbio, Mar do Ponto, desastre socioambiental, historiografia antiga, ética.

Abstract: The ancient Pontic Sea, known nowadays as the Black Sea, is one of the most important in history. During the Hellenistic period, the argument that it would become a shallow swamp, due to its alluviation and people's ignorance of this process, became well known. In proposing a dialogue between Ancient History and Environmental History, we depart from the recent concept of *socioenvironmental disaster* in order to bring it closer to the typology of disaster in Polybius' *Histories* (c. 200 - c. 117 B.C.E.), and of his investigation of the Pontic Sea. Our aim is to understand the semantics of this experience and to reflect on the historicity of human awareness of its dependence on the environment. Accordingly, we focus our analysis on the language in which this experience is conceptualized insofar as human actions and the fate of the sea are temporally articulated by the author. Finally, we conclude that there are expressive similarities between the contemporary and ancient semantics of disaster, given that Polybius advocated a consistent human ethic of investigating so as to people better adapt themselves to the environment. We also hope this to be a suggestion to strengthen ties between Ancient History and Environmental History.

Keywords: Polybius, Pontic Sea, Socioenvironmental Disaster, Ancient Historiography, Ethics.

História Antiga e História Ambiental: um diálogo necessário

As mudanças climáticas têm se tornado um dos assuntos centrais nas últimas décadas. Organizações institucionais, ONG's, movimentos sociais, novas legislações, livros de diversos gêneros textuais, disciplinas e cursos de diferentes níveis e modalidades de ensino têm surgido a nível local e global.¹ Dentre pesquisadores especialistas em meio ambiente e suas ramificações, há mesmo os que se voltam a esse tema em razão de um sentimento de emergência. Das áreas que se (re)estruturam, destacamos a História Ambiental, que tem se edificado como campo a partir da disciplina da História ao construir como objeto seu as relações entre ambiente, seres humanos e demais seres bióticos e abióticos (Moretto; Nodari, 2011; Pereira; Lopes, 2024, p. 08-15). Embora a consciência humana de sua dependência com relação ao ambiente possa ser identificada desde há muito, seria somente da década de 1970 em diante que a nossa

¹ Agradeço imensamente à Prof.^a Dr.^a Eunice Nodari (UFSC), à Prof.^a Dr.^a Samira Moretto (UFSC/UFSF), ao Prof. Dr. Alfredo Ricardo Silva Lopes (UFSC) e ao Prof. Dr. Fabio Morales (UFSC), meu coorientador, pelo encorajamento em *ambientalizar* a Antiguidade ao longo de disciplinas ofertadas no PPGH-UFSC. As reflexões iniciais deste artigo não devem menos aos colegas pós-graduandos que participaram e animaram um sem-número de debates. Também sou grato às turmas 223 e 212 do E.E.B. Simão José Hess; 210 e 203 da E.E.B. Jacó Anderle, e; 208, 205 e 204 da E.E.B. Prof.^a Maria do Carmo de Souza, com as quais pude começar a construir reflexões transversais sobre meio ambiente no campo das Ciências Humanas por meio da disciplina de Pesquisa de Campo e Intervenção Local durante os anos de 2023 e 2024. Expresso o meu reconhecimento aos membros do Laboratório Blumenauense de Estudos Antigos e Medievais, coordenado pelo Prof. Dr. Dominique Santos (FURB/PPGH-UFSC), meu orientador, por ter tido a chance de discutir com eles o manuscrito em versão prévia. A pesquisa da qual provém este artigo conta com financiamento da Fundação de Amparo à Pesquisa e Inovação do Estado de Santa Catarina (FAPESC), Edital 19/2024, à qual estendo os meus agradecimentos, assim como aos pareceristas anônimos da *Archai* pelas sugestões que contribuíram para o melhoramento do texto.

espécie reconheceria a gravidade de suas ações em escala planetária e conceberia a crise ambiental ou a era do antropoceno na qual nos encontramos (Chakrabarty, 2013; Lopes; Junior, 2020; Turin, 2023; Marques, 2015).

Segundo José Antonio Dabdab Trabulsi (2014, p. 160), as abordagens preocupadas com as relações humano-ambientais que chegam aos estudiosos da Antiguidade após passarem por outros campos científicos trazem dificuldades que precisam ser superadas. É certo que o ambiente não é de todo novo para o campo. Se nos ativermos somente à História Antiga no Brasil, veremos que o interesse por espaços outros deriva ao menos desde a primeira metade do século XX com Eurípedes Simões de Paula (Santos, 2023, p. 42-45), e a busca pela compreensão do espaço por indícios imagéticos e materiais remonta a nomes da geração seguinte, como Haiganuch Sarian (Francisco, 2023, p. 98-99) e Ulpiano Bezerra de Meneses (1983; 2011, p. 413-414). Contudo, a perspectiva orientada pela responsabilidade humana pelos danos causados à própria espécie e às demais na sua interação com o ambiente é ainda recente. Dentre exemplos proeminentes na lusofonia, dispomos de pesquisas sobre alimentação e vegetarianismos na Antiguidade em diálogo interdisciplinar (Martins, 2019; Soares; Dias, 2012; Filho, 2020), assim como sobre relações humano-animais (Lefebvre, 2013; Biazotto, 2023), cujo laboratório *Animalia*, coordenado por Camila Condilo (UnB), se destaca por ser o único dedicado ao tema no Brasil. Até o momento, conhecemos poucas pesquisas que se propõem a conjugar as abordagens da História Antiga e da História Ambiental, como a de Lukas Thommen (2012) e o livro *Environmental Problems of the Greeks and Romans*, de Johnson Donald Hughes (2014), que tem sido aperfeiçoada desde 1975, quando publicada sob o título *Ecology in Ancient Civilizations*.

Se uma aproximação entre História Ambiental e História do Tempo Presente é necessária (Pereira; Lopes, 2024), a presença da História Antiga não pode ser negligenciada. Neste artigo, especificamente, buscamos compreender a semântica da experiência de desastre socioambiental no contexto do aluvionamento do Mar do

Ponto nas *Histórias* de Políbio, bem como a sensação de risco iminente provocada pelos sinais desse desastre, os quais apontavam que, devido à ignorância das gentes no que toca a relação com o ambiente, este mar, que se fazia digno do adjetivo *grande*, se tornaria, em pouco tempo, em um pântano raso. Para tanto, partimos da História Antiga desde uma perspectiva global (Morales; Gebara da Silva, 2020; Scopacasa, 2018). O diálogo com a História Ambiental se afirma pela similaridade semântica da experiência do desastre e da consciência da dependência do ambiente tanto na Antiguidade quanto hoje, as quais compreendemos pela História Conceptual.

O conceito de *desastre socioambiental*, ao reconhecer a agência humana nos desastres ambientais, é o nosso ponto de partida. Assim, realizaremos uma breve contextualização do Mar do Ponto e da geografia em Políbio. Em seguida, analisaremos as passagens em que este autor busca sustentar o argumento segundo o qual o Mar do Ponto em breve se tornaria um pântano. Como parte da nossa hermenêutica, analisaremos a semântica do desastre na linguagem usada por Políbio no século II A.E.C. ao passo que reconhecemos um diálogo com a que conhecemos hoje pela História Ambiental e refletimos sobre a sua atualidade.

Compreendemos que há similaridades significativas entre ambos. Afinal, Políbio reconhece o ser humano como uma das causas do desastre, o que nos indica a consciência de sua dependência do ambiente e a sensação de risco iminente, assim como advoga por uma ética consequente do ser humano em relação aos desastres e à investigação constante do mundo mais-que-humano a fim de melhor adaptarmos-nos a este. Ademais, este artigo pretende ser um ensejo para que se busque conhecer mais histórias da experiência humana na sua relação com o ambiente na Antiguidade, bem como as histórias muito mais longas de conceitos formalizados pela institucionalização da História Ambiental como disciplina e campo nos dias de hoje.

Desastre socioambiental: aproximação semântica

Conforme texto seminal de Donald Worster (1991, p. 210), a natureza não é estática, nem pode ser apreendida por nós sem mediação alguma, porquanto frequentemente “caímos presos nas grades da nossa própria consciência e nas nossas redes de significados”. Precisamente, destacamos, segundo a História dos Conceitos (Koselleck, 2020, p. 65-69; Koselleck, 2014, p. 107), que os conceitos são construções sociais e indicadores da experiência histórica humana em contextos específicos que se deixam conhecer pela linguagem. Ao conjugarmos ambas as abordagens, analisaremos os conceitos como formadores e formados pela interação social com o ambiente. Uma vez conhecida a historicidade do seu campo semântico, torna-se possível uma reflexão sobre o que Pádua (2010) chamou de “sensibilidade ecológica”, todavia, preocupada em compreender a semântica da experiência do desastre socioambiental e da sua sensação de risco ao traçar similaridades entre o nosso horizonte e o dos antigos. Segundo essa perspectiva, a distância temporal e os preconceitos não inviabilizam, mas, pelo contrário, condicionam a compreensão histórica (Gadamer, 1999, p. 445-448).

Mas o que significa *desastre socioambiental*? Esse tipo de desastre se mostra como um processo histórico constituído por e imbuído de sistemas naturais e sociais; por outras palavras, é um fato totalizante (Oliver-Smith, p. 28-30). Com essa postura, a separação entre história e natureza existente no mundo ocidental desde o século XVIII (Koselleck, 2014, p. 73) dá lugar a uma nova aproximação. Assim, se torna duvidosa a visão dual de que haveria uma cisão entre o humano e o natural, segundo o discurso de uma pretensa *modernidade* (Latour, 1994), que frequentemente exclui a agência e a responsabilidade humanas dos desastres, chamando-os de *acidentes*, *catástrofes*, *infelicidades*, dentre termos similares. A História Ambiental e, precisamente, o conceito de desastre socioambiental, intenta reestabelecer o *continuum* entre sociedade e natureza ao reconhecê-los como objetos de compreensão histórica

(Klanovicz, 2013, p. 297-298). O caso do Vale do Rio Doce é paradigmático desse campo pré-conceitual quando indiciado pela apropriação do mesmo vocabulário expiatório por redes hegemônicas de comunicação (Espindola; Nodari; Santos, 2019, p. 151-155).

Revisitar a interação entre humanos e ambiente na perspectiva de uma História Ambiental Global, por sua vez, ampliaria o nosso olhar sobre o espaço onde essas interações se encontram, de modo a questionar os limites humanos e modernos dos Estados nacionais projetados a essa realidade, seja ao direcionarmos-nos a regiões que nos são incomuns, seja ao propor categorias espaciais outras (Hornborg, 2010; McNeill; Mauldin, 2012, p. xviii-xix). Além do mais, este pode ser um modo de combater o antropocentrismo que concebe o mundo social como condicionante exclusivo da realidade desde as historiografias pós virada cultural por meio das apropriações das teorias de Weber, Marx e Durkheim (Hunt, 2014, p. 38-61). Sob esta ótica, compreenderemos o Mar do Ponto e suas interações humanas nas *Histórias* de Políbio.

O Mar do Ponto e a geografia de Políbio

O antigo Mar do Ponto, atualmente conhecido como Mar Negro, continua sendo um dos locais mais importantes da história (Tsetskhladze; Avram; Hargrave, 2021; Grinevetsky et al., 2015b). Ainda hoje é local de reconhecida pluralidade ecológica, de um rico ecossistema marinho, de produção de metais e de argila, e de constantes migrações humanas, assim como de disputas políticas e de exploração ambiental. A guerra envolvendo a Ucrânia (propagandisticamente conhecida como *o celeiro da Europa*) é apenas um dos sintomas de sua longa história bélica. Parte deles se sintetizariam nas intervenções na região pela União Europeia e pelos E.U.A. via OTAN, sendo a Sinergia do Mar Negro um de seus exemplos mais demonstrativos (Ferreira-Pereira; Vieira; Melo, 2014). Se poderia falar da disputada posse da península da Crimeia ao norte do Mar Negro, assim como dos seus precedentes imediatos,

i.e., as duas guerras mundiais e a guerra entre o Império Czarista e o Império Otomano durante os séculos XVIII e XIX.

Já na Antiguidade, o Reino do Ponto foi uma oposição política ao império romano quando este exercia hegemonia a partir do Mediterrâneo. O Mar do Ponto foi o destino dos personagens das *Argonáuticas* de Apolônio de Rodes, a célebre epopeia do período helenístico. Além dos conflitos, é mister lembrar que a região do Ponto foi a terra natal de Estrabão, um dos geógrafos mais estudados da Antiguidade, e de Estratão de Lâmpsaco, quem assumiu a liderança da escola aristotélica (ou *peripatética*) após Teofrasto. Permeada de maravilhas e desastres, no entanto, a história do Mar Negro e de seu entorno ainda nos é relativamente pouco conhecida. Algumas razões poderiam ser o desconforto provocado pela sua localização em território eurasiático às convenções dos Estudos Clássicos, e a institucionalização da História durante os séculos XVIII e XIX, por moldar o passado por meio de recortes isolados de *civilizações* assentadas ao redor do Mediterrâneo (Guarinello, 2013, p. 47-55).²

² Ainda predominante na pesquisa sobre a Antiguidade, o que se entende por Mediterrâneo é, contudo, profundamente desigual. O *Mediterranean Studies Association*, por exemplo, nunca realizou uma de suas conferências anuais que remontam a 1998 em país africano (Mediterranean, 2024). O *Journal of Mediterranean Studies* declara abertamente como um de seus objetivos “encorajar o diálogo entre acadêmicos vinculados a universidades norte-americanas e norte-europeias, e em mediterrânicas” (Journal, 2024), numa sutil demonstração de preferência pelas duas primeiras. A revista *Diálogos Mediterrânicos* do NEMED-UFPR talvez seja a mais comprometida com a investigação desse espaço em todos os períodos históricos, enquanto a *Mare Nostrum*, vinculada ao LEIR-MA (USP) e a *Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia* da USP, vinculada ao museu homônimo, têm por objetivo construir um Mediterrâneo antigo culturalmente plural e interdependente. Embora as investigações realizadas no âmbito desses dois últimos nem sempre trabalhem com a noção de microecologias, não se pode ignorar a viva apropriação de Horden; Purcell, 2000 — é claro, posteriormente à obra de Fernand Braudel sobre o Mediterrâneo e a sua estadia no departamento de História. A autoridade exercida pela categoria no campo científico é engenhosamente problematizada pelos mesmos Horden; Purcell, 2006, como uma nova talassologia. O eurocentrismo e a perda de sentido que ela pode provocar é posta ao lado de outras como *homem, raça e nação* por Herzfeld, 2005, p. 45-63.

A bacia do Mar do Ponto é atualmente cercada pela Bulgária, Geórgia, Rússia, Romênia, Turquia e Ucrânia. São mais de 130 os seus afluentes, dentre eles, rios como: o Danúbio, conhecido em língua grega antiga como *Ístros*, que atravessa a Europa; o Danápris (*Borysthénēs*), essencial à economia e à navegação da Ucrânia, e; o Dniestre (*Týras*), que nasce na região montanhosa dos Cárpatos e deságua no Mar Negro. O Mar de Azov, conhecido em grego como Meótis (*Maiótiis*, na variante jônica *Maiêtis*), deságua no Mar do Ponto ao cruzar o atual Estreito de Querche, onde havia edificações dedicadas à travessia humana na Antiguidade (Hdt., 4.12)³ (ver Figura 1).



Figura 1 - Mapa do Mar Negro e seus principais afluentes. Fonte: Historicair (2007), com modificações nossas.

³ As nomenclaturas antigas veiculam ao menos desde Heródoto (especialmente 4.8-31). Não perdemos de vista que a descrição geográfica e etnográfica da região por fontes clássicas frequentemente estruturava o estereótipo do cita nômade (Dos Santos Oliveira, 2022), embora o nosso recorte temático não contemple tal problemática.

Durante o período helenístico (323 A.E.C. – 30 E.C.), ao qual nos ateremos, a geopolítica do Ponto não era menos complexa. Embora Mitrídates I tenha sido proclamado rei do Ponto em 281, o período real da região tem início em 297/6 A.E.C., fazendo dessa região uma fronteira com a Galácia e a Capadócia, ambas seguidas pelo Reino Selêucida ao leste (Heinen, 1984, p. 426), o mais extenso da Ásia. O Reino do Ponto, contudo, passou a ser o mais importante da zona asiática durante o governo de Mitrídates VI Eupátor (119 – 63 A.E.C.), quando parte do Mar do Ponto e da Anatólia “foram ocupadas pelo controle pântico, culminando no ofuscante sucesso de 88 A.E.C., quando Mitrídates tomou de assalto a província romana da Ásia” (Thonemann, 2016, p. 45). Se Políbio, como veremos, acentuava o crescente poder romano sobre o mundo helenístico, o Reino do Ponto, embora não mencionado nas suas *Histórias*, mostrava-se como uma futura potência alternativa em um local privilegiado.

Políbio de Megalópolis (c. 200 – c. 117 A.E.C.) é conhecido como um político grego que se tornou historiador a partir do momento em que fora capturado pelos romanos na Batalha de Pidna (164 A.E.C.). Ele ocupava o segundo maior posto da hierarquia política do *koinón* aqueu, o de chefe de cavalaria (ou *hiparco*), e estava prestes a obter o maior, o de estrategista (*stratēgós*). Previamente conhecedor de muitas localidades devido à necessidade de viajar constantemente enquanto liderança política, Políbio amplia ainda mais esta prática durante o exílio, dado que rapidamente se integrou à aristocracia romana, sobretudo ao grupo dos Cipiões, os quais estavam profundamente comprometidos em derrotar Cartago, a potência com a qual disputavam hegemonia sobre o oeste mediterrâneo, e a Macedônia Antigônida, que exercia poder sobre o território grego banhado pelo Mar Egeu. Assim surgiu um dos objetos principais de suas *Histórias*: compreender como e devido a que gênero de constituição política os romanos se tornaram a nova hegemonia (1.1.5; 3.1.4). Isso implicava, necessariamente, escrever uma história de todo o mundo helenístico, isto é, de todo o mundo afro-euroasiático, desde o Estreito de Gibraltar, passando pela costa

norte do Mar do Ponto à África ao norte do Sahara, até o atual Afeganistão.

Embora a abordagem que mostra aspectos da obra de Políbio remontando a Tucídides seja predominante, enfatizaremos o seu caráter herodoteano e geográfico (Clarke, 1999, p. 74; Thornton, 2020, p. 220-225; Aburto; Piña, 2020).⁴ Envolvido em polêmica com Eratóstenes, Políbio buscava se autorrepresentar como um pesquisador capaz de produzir um conhecimento empírico e, conseqüentemente, de maior qualidade do que aquele geógrafo alexandrino que tinha como modo de investigação teorias abstratas. Políbio chegou mesmo a defender, mediante suas viagens, a existência de Odisseu e a apresentá-lo como modelo (experiente) de investigador, ao passo que Eratóstenes argumentava que um tal personagem homérico nunca teria existido (Sebastiani, 2013). As famosas críticas dirigidas a Timeu de Tauromênio no Livro XII são, em grande medida, a contestação de informações histórico-geográficas: Timeu teria escrito sobre lugares e ambientes sem conhecê-los empiricamente, ao passo que Políbio teria se tornado capaz de condenar os erros do seu predecessor por meio de conhecimento autóptico (Santos; Silva, 2022, p. 168-171). É mister recordar que, embora as historiografias da Antiguidade concebem, a seu modo, o que ora chamamos *histórico* e *geográfico* (Clarke, 1999, p. 1-77), “o caráter eminentemente histórico que os gregos possuem do espaço geográfico torna impossível uma separação nítida entre Geografia e História” (Andreotti, 2004, p. 67).

Compreende-se, portanto, que as *Histórias* de Políbio são o amálgama não somente de atividades político-militares, mas também de uma noção mais ampla de historiografia que vê a geografia como uma de suas constituintes. Além disso, ele é o autor da mais bem preservada obra de história deste período, o que implica que a sua narrativa seja uma das condições para conhecermos uma imagem representativa que se tinha do Mar do Ponto. Não é em todas as

⁴ Ainda que Tucídides compreendesse a causalidade da Guerra do Peloponeso nos desastres ambientais, cf. Vargas (2017).

polêmicas geográficas, entretanto, que Políbio pode se apoiar em uma experiência direta *in loco*. O caso do Mar do Ponto é um deles.

Sinal do futuro: de grande mar a um pântano raso

Apesar de ser um viajante comprometido com o conhecimento local, não há notícia da presença de Políbio no Mar do Ponto. A sua preocupação recaía principalmente sobre o Mediterrâneo, que era, inclusive, a grande inovação da sua descrição territorial (*chōrographía*) (Pédech, 1964, p. 591) e da sua geografia empírica (Andreotti, 2004, p. 65-67). Isso nos faz perceber a ressalva de Políbio ao passar para uma narrativa explicativa sobre a riqueza de Bizâncio, i.e., quando da introdução do Mar do Ponto e do Meótis (ver Figura 1): porque é uma região pouco conhecida de seu público,

porque queremos todos nos informar a respeito, tornando-nos sobretudo testemunhas oculares das regiões que têm algo peculiar e distinto ou, se não for possível, ao menos ter noções e impressões próprias como se as mais próximas da verdade (4.38.11-13, trad. B. B. Sebastiani).

Em outras palavras, diferentemente do conhecimento direto em ambientes marítimos e terrestres, como Políbio advoga ter, ele retoricamente prepara a audiência para entender seus argumentos como vindos de alguém que reflete sobre fontes secundárias a partir de experiências distintas, análogas ao que supostamente se encontra no Mar do Ponto. Por isso, na impossibilidade de obter um conhecimento no sentido forte (*epistēmē*) (Plb. 1.1), insiste em desenvolver ao menos “noções” (*énnoia*) e “impressões próprias” (*týpos*) que podem ser consideradas como próximas da verdade (*alétheia*).

O autor apresenta a região do Ponto pelo posicionamento estratégico do local e sua riqueza natural. No que diz respeito às condições da terra, não se poderia ter muitas vantagens militares devido ao fato de ser uma região politicamente fronteira. Quanto ao

mar, por outro lado, “os bizantinos habitam o território mais bem situado em termos de segurança e prosperidade dentre todos os de nosso mundo habitado” (Plb. 4.38.1, trad. B. B. Sebastiani). Dominando a embocadura do Ponto, os bizantinos são considerados “senhores de todas as muitas benesses que o Ponto proporciona à vida humana” (Plb. 1.38.3, trad. B. B. Sebastiani). Servindo-se de boa quantidade de rebanhos, trigo e escravos, o local proporcionaria vantagens das melhores aos bizantinos, “pois exportam tudo que lhes é supérfluo e encontram barato e à mão o restante para importar sem qualquer atribulação ou perigo”, (Plb. 4.38.9-10, trad. B. B. Sebastiani).

Políbio (4.39.2-6) reconhece que são grandes rios asiáticos e europeus os que deságuam no Ponto, e que os sacrifícios de Jasão aos deuses haviam acontecido lá, conferindo ao local relevância ao mesmo tempo divina, natural e política. Tanto a água do Ponto como a do Meótiis, contudo, fluíam para fora devido a fatores apreensíveis por investigação da natureza.

Duas são as causas (*aitíai*) por que o Meótiis e o Ponto fluem continuamente para fora: a primeira é óbvia a todos, pois devido às *muitas correntes que desembocam na circunferência de um receptáculo delimitado*, ele se torna cada vez mais cheio de água; se essa circunferência não tiver vazão, forçosamente o excedente escoará continuamente, drenado pelas embocaduras existentes. A segunda se deve a que *grande quantidade de todo tipo de detrito (pantodapòn choûn) é carregado para as bacias dos rios durante as tempestades intensas*: quando a água perde espaço para os depósitos, sobe cada vez mais despejando-se pela mesma razão pelos vazadouros existentes. Como os amontoados e correntezas dos rios são incessantes e contínuos, forçosamente também o escoamento é incessante e contínuo pelas embocaduras. Essas são as verdadeiras causas (*alêtheîs aitíai*) de o Ponto fluir para fora, embasadas não por narrativas de mercadores, mas pela observação da natureza (*ek tês katà phýsin theōrías*); não é fácil encontrar uma mais precisa (*akribestéran*) (Plb. 4.39.7-11, trad. B. B. Sebastiani, grifos nossos).

Destacamos o vocabulário historiográfico explicativo e metodológico (*aitía*, *akríbeia*, *alétheia*, *theōría*) usado com o objetivo do autor de tornar inteligível o fenômeno sobre-humano e, assim, de preparar sua crítica a interpretações outras. Em síntese, a grande quantidade de água vinda dos rios que desembocam no Mar do Ponto e no Meótis, somada ao acúmulo de detritos que toma cada vez mais o espaço hidrográfico, faz com que as águas do Meótis e do Ponto fluam para o sul, atravessando o Mar de Mármara e o Egeu, desaguando, por fim, no Mediterrâneo (ver Figura 1). O baixo volume que permanece no local inicial (i.e., no Mar do Ponto e no Meótis), conseqüentemente, torna-se aluvião.

Contudo, o significado da palavra usada para “detrito” não é evidente. Na tradução inglesa de Paton, se lê “toda espécie de matéria aluvial” (*all kinds of alluvial matter*), consoante com a espanhola, “material aluvial de toda sorte” (*material de aluvión de todo tipo*). Em grego, a palavra para “detrito” (*khoûs*) pode significar tanto uma porção de terra trabalhada pela natureza (aluvião) (Malhadas; Dezotti; Neves 2022, p. 1205; Bailly, 2020, p. 2547; Plb. 4.41.3-5), quanto uma trabalhada por humanos (Plb. 3.46. 6; 16.11.4; 21.28. 6; 8.33). A mesma palavra é usada por Heródoto para se referir à terra humanamente trabalhada de diversos modos: destinada à construção de lagos artificiais (1.185; 2.150); para elevação ou redução da altura do solo por obra humana (2.137; 4.201); restos de escavação (7.23; 8.28), ou; a arma de guerra quando preparada para ser lançada, como fazia o exército Meda (1.162). Tucídides (2.76; 4.90) significa a palavra quando se usa a terra como uma espécie de argila para construir muros de defesa.

Retornando ao trecho destacado, podemos entender que se trata de terra trabalhada pelos rios (aluviões), na medida em que é por eles carregada, embora tenha sido previamente manipulada por outras forças naturais (as tempestades) e por humanos. Afinal, o autor optou por um uso globalizante do termo: *pantodapòn choûn*, ou seja, “terra trabalhada de todos os modos”. Essa acepção parece se coadunar junto às informações adicionadas por Políbio: essas tempestades intensas que acometem os rios que desaguam no Ponto carregam

consigo “todo tipo de matéria, terra e pedras” que chegam a tornar a paisagem irreconhecível (4.41.9, trad. nossa). Permanece o uso globalizante e a possibilidade de uma explicação multicausal ao acontecimento.

A ação humana não é identificada como causa do acontecimento natural que a transcende, embora os seus condicionantes lhes sejam descobertos mediante pesquisa e o seu destino esteja aí implicado. Por outras palavras, é reconhecido ao ambiente a capacidade de moldar o destino humano e, por conseguinte, se impõe uma reflexão sobre como agir nessa circunstância, isto é, para com o ambiente — uma ética. À primeira vista, poderíamos dizer que Políbio veria no fenómeno descrito um desastre natural. A tragicidade vivenciada pelo humano e a ética que se lhe impõe, contudo, sugere uma aproximação com o conceito de desastre socioambiental, pois que ele se torna cômico da sua dependência com relação ao ambiente e de sua articulação temporal com ele. Aprofundemos essa interpretação com o aluvionamento do Mar do Ponto.

Ao acusar os seus predecessores de apresentarem uma “mera asserção” (*phásei kéimenon*), e prometer uma necessária narrativa explicativa (*apodeiktikeî deî mállon têi diégêsei chrêstéon*) para os locais que têm se tornado mais conhecidos com o intenso deslocamento humano do período helenístico, Políbio (4.40.1-3) apresenta os resultados aos quais chegou por meio de sua própria investigação histórica (*di’ autês tês historías*).

Afirmamos que, antes como agora, o Ponto é aluviado (*chónnysthai*), e que com o tempo ele e o pântano Meótis estarão completamente cheios de aluvião (*enchōsthésesthai*), caso permaneça a mesma conformação topográfica e os causadores do aluviamento (*enchōseōs*) continuem agindo. Enquanto o tempo não tiver limites e a bacia for por todo lado totalmente delimitada, mesmo que os aportes sejam fortuitos, é claro que ficarão cheios com o tempo. Por natureza algo que transcorre em tempo sem limites, continuamente aumentando ou diminuindo, ainda que muito pouco — considere-se isso no momento — forçosamente se concluirá conforme o proposto. Mas quando não é ordinário e sim excessivo o aluvião

(*choûs*), é óbvio que não no futuro distante, antes rapidamente ocorrerá o que acabamos de afirmar, e que visivelmente está ocorrendo. O Meóti já está aluviado (*kechôsthai*), pois em sua maior parte tem sete ou cinco braças de profundidade. Por isso não é mais possível navegar por ele com grandes naus sem piloto. Originalmente um mar confluyente com o Ponto, conforme concordam os antigos, hoje é um pântano doce: a água do mar foi expulsa pelos aluviões (*enchômátōn*), sob a pressão do desaguamento dos rios. *Ocorrerá o mesmo com o Ponto*, algo já em processo mas não muito evidente à maioria, devido ao tamanho da bacia. Para quem observa meticulosamente, o fato é óbvio” (4.40.4-10, trad. B. B. Sebastiani, grifos nossos).

Insistindo no fonema e tema verbal e nominal *chō/choû*, Políbio chega a elaborar o substantivo de abstração da ação de aluviar, *enchôseōs/enchôsis*, e o de resultado da ação *énchōma/enchômata*. Considerando a pretensão de ser interpretado como pesquisador diligente pelo vocabulário destacado anteriormente, a abstração da linguagem nessa passagem indica tanto o aluvionamento como experiência como a elevação dessa experiência ao campo conceitual. Por outras palavras, o aluvionamento deixa de ser mera ocorrência externa para compor o fenômeno de uma experiência humano-ambiental em que ambos são temporalmente articulados — afirmando tais similaridades com o conceito de desastre socioambiental. A preocupação conjuga as escalas regional e global, na medida em que compromete as formas de vida dependentes dos mares e rios que compõem o espaço analisado, e constrói um conhecimento totalizante mediante abstração de dados localizados. Políbio assim adequa sua metodologia a locais não visitados.

O tema investigado possui precedentes que podem ter sido utilizados por Políbio. Estrabão (1.20-24; 30-39) nos transmitiu um argumento deixado por Estratão de Lâmpsaco: os rios ao norte teriam impulsionado o Mar do Ponto a atravessar o estreito de Bizâncio, desaguando no Mar de Mármara e no Helesponto. Isso não só explicaria o dado empírico da água do Mar do Ponto ser mais rasa do que a do Mediterrâneo na região da Sicília, como também o

aluvionamento que logo faria do grande mar um pântano raso. Como notado por Walbank (1958, p. 491), Aristóteles (*Met.* 1.352b-353a) já havia falado sobre o aluvionamento segundo a natureza da mudança das coisas no planeta, precisamente sobre como alguns lagos, mares e terras habitáveis deixam de existir conforme a movimentação das substâncias que os constituem e das forças naturais que os regem. Nesta mesma passagem, Aristóteles declara que o Meótis, pelo fato de em 60 anos ter se tornado visivelmente raso e navegável somente com barcos menores, provavelmente teria sido um lago, e terminará por secar por completo. Este movimento, Aristóteles identifica como comum na costa asiática, ainda que não mencione o Mar do Ponto. Por essa intertextualidade, se depreende que o raciocínio era peripatético e circulava nas redes dessa escola. Políbio, entretanto, não menciona o declive no fundo do oceano como causa do desaguamento das bacias euroasiáticas para o Mediterrâneo, mas, contrariamente a Estratão, insiste que “os aluviões retêm as águas por seu próprio volume” (Pédech, 1964, p. 582).

A composição do contraste entre a investigação e a opinião dos mercadores reitera a sua autoridade. Desde o início da sua argumentação, Políbio (4.39.11) se refere ao que hoje chamaríamos de princípios da ciência natural (Walbank, 1958, p. 491). Ao encerrar sua digressão sobre oceanografia, no entanto, ele recorre à essa ciência, e não à experiência. O motivo seria a manutenção da sua autoridade por outro método ao contra-argumentar os mercadores,

a fim de que não sejamos constrangidos por imperícia a nos embasbacar quais crianças com tudo o que dizem; e que de posse de alguns indícios da verdade, possamos decidir por eles até que ponto o que dizem alguns é verdadeiro ou não (4.42.7, trad. B. B. Sebastiani).

Segundo o seu raciocínio, se trataria de ignorar um “sinal do futuro: a proporção em que o Meótis é mais doce que o mar pântico equivale à que se percebe claramente na diferença entre o pântico e o nosso mar [o Mediterrâneo]” (4.42.3, trad. B. B. Sebastiani, intervenção do tradutor). Por meio da sua pesquisa envolvendo

testemunhas, leituras de investigações anteriores, comparações entre objetos semelhantes e analogias, ele conclui: “o Ponto atualmente sofre aluvionamento, continuará sofrendo e se converterá em um pântano raso” (4.42.6, trad. B. B. Sebastiani).

Desastre ou desfortúnio? Por uma ética consequente

Após uma compreensão sobre o aluvionamento do Ponto conforme a experiência histórica de Políbio, nos é possível aproximá-la da sua tipologia do desastre.

De início, o tema da reflexão sobre desastre que esse autor tem em vista é o destino dos povos de acordo com as ações tomadas em um contexto de conflitos que tinham como fim alcançar hegemonia relativa ou sofrer o mínimo possível entre outros poderios (38.3.5-6; 8-9) — daí a digressão sobre o Mar do Ponto surgir de uma análise geográfica sobre os bizantinos. Assim, ao realizar um balanço do desempenho de cada grupo envolvido na redistribuição de poder, Políbio estabelece os princípios da sua interpretação: “deve-se considerar desafortunados todos os povos ou indivíduos vítimas de calamidades incalculáveis, mas o desastre é exclusivo aos que, pela própria irreflexão, trazem rejeição com suas ações” (38.3.7, trad. nossa). Nota-se, portanto, que o conceito de desastre (*atichýa*), diferentemente do de desfortúnio (*aklêreîn*), ora associado ao de calamidade (*symphorá*), implica responsabilidade das ações humanas e (re)avaliação coletiva sobre a própria conduta. Este é, justamente, o ponto de ruptura de Políbio para com a tradição que o presidia (Guelfucci, 2018, p. 148) e a semântica que nos permite mais uma aproximação com o conceito de *desastre socioambiental*.

Políbio assume que, quando é “impossível ou penoso compreender as causas (*aitías*), sendo nós meros humanos, poderíamos submetê-las à interveniência da divindade ou da Sorte” (36.17.2, trad. nossa). Ao ilustrar sua proposição, são evocados acontecimentos de sofrimento excepcional que conjugam agência ambiental e humana: “tempestades ou nevascas contínuas e

excessivas, ou inversamente, secas e geadas que destroem colheitas, assim como pestes que continuamente se espalham” (36.17.2, trad. nossa). Note-se que o autor resguarda a imputação causal às divindades somente quando se é penoso (*dyscherés*) ou impossível (*adýnaton*) conhecer o evento, este mormente ligado à natureza mais-que-humana quando de compreensão assim desafiadora. Poder-se-ia recorrer mesmo aos saberes assentes da audiência, “mas sendo possível descobrir a causa e, a partir dela e por meio dela, aquilo que ocorreu, não devemos, penso eu, recorrer ao divino” (36.17.3-4, trad. nossa).

A ênfase na responsabilidade humana retorna ao Políbio exemplificar seu argumento com o decréscimo populacional da Grécia, cuja causa muitas pessoas atribuíam à interveniência divina.

Sob tais circunstâncias, seria absolutamente desnecessário interrogar os deuses acerca de como poderíamos ser livrados desse mal: pois qualquer um dos homens que aparecesse perguntaria o porquê, sobretudo por meio deles próprios (Plb. 36.17.9-10, trad. nossa).

É construída, assim, uma ética consequente, um *êthos*, no sentido de uma sabedoria de vida edificada em constante investigação frente a desafios (Spinelli, 2009). Afinal, os sofrimentos e conhecimentos registrados nas *Histórias* estão a serviço “do prazer da honra e do proveito derivados dessas ações” (Plb. 3.4.10-11, trad. B. B. Sebastiani). Motivo de grandeza maior é a avaliação do estabelecimento da hegemonia romana em sua complexidade, isto é, “tanto nas vidas privadas quanto nas constituições dos povos”, tanto entre romanos quanto nas relações intercomunitárias (Plb. 3.4.6, trad. nossa).

Seguindo este raciocínio, ainda que Políbio não tenha escrito aos moldes modernos que o aluvionamento do Ponto seja um desastre socioambiental, caracterizado pela tensão entre humanos e ambiente, nos parece que esta mensagem não só se fez entender aos seus contemporâneos como encontrou reverberações. É visada uma espécie de bem-estar humano ao qual se poderia ser conduzido,

dentre outros fatores, por uma melhora da sua conduta na relação com o ambiente por meio de consciência investigativa individual e coletiva. Pois a ação humana irresponsável é fator distintivo para o conceito de desastre em Políbio. Tal experiência histórica se assemelha em grande medida ao conceito de desastre socioambiental e, inclusive, à sensação de risco iminente devido à inadaptabilidade ao mundo mais-que-humano segundo os debates anteriormente referidos. Desse modo, tomando os devidos cuidados concernentes à interpretação histórica da semântica da experiência de desastre socioambiental, vimos que é possível identificar similaridades (e diferenças) importantes na medida em que aprofundamos a nossa compreensão sobre a historicidade deste conceito que tem mostrado novos estratos de sentido.

Considerações finais

Com a nossa análise, pudemos gerar uma compreensão sobre a semântica do desastre em Políbio e reconhecer certas similaridades suas com a do conceito de desastre socioambiental: (a) a agência humana como um dos causadores do desastre mediante a sua relação com o ambiente; (b) a consciência da dependência humana do ambiente; (c) a sensação de risco iminente; (d) a reponsabilidade humana de investigar o desastre, e; (e) a reflexão ética com vistas a reavaliar a conduta individual e coletiva para com o ambiente. Ao se concentrar na dificuldade de navegação e na iminente perda dos recursos naturais abundantes na região, Políbio nos leva a entender que o resultado do desastre residiria na falta de organização geopolítica e na inadaptabilidade humana movidas pela ignorância em relação ao mundo natural segundo pesquisas, principalmente as historiográficas. Seguindo esse raciocínio, quem dependia dos recursos do Mar do Ponto não poderia reivindicar o acometimento de um desfortúnio, mas deveria se reconhecer como parte de um desastre socioambiental, uma vez que, conhecendo o movimento e os princípios do mundo natural, eles seriam capazes de se precaver em novas relações geopolíticas e ou adaptar-se às demandas do ambiente mediante reavaliação da conduta individual e coletiva para com ele.

Não se pretende defender que haveria respostas definitivas em Políbio ou na Antiguidade, mas que histórias anteriores ao tempo presente também constituem a atualidade do desastre socioambiental. Como vimos, além de termos muito a aprender com o Mar Negro e com as relações sociais nas quais ele se enredava há pouco mais de dois mil anos, Políbio, se apropriando de tradições historiográficas, nos deixou reflexões e reverberou questões pertinentes à vida natural e histórica desse local, qual seja, os problemas relacionados à (in)adaptabilidade dos seres humanos em um ambiente que lhes é rico. Assim, a semântica do conceito formalizado de desastre socioambiental também encontra uma historicidade sua em acontecimentos como o aluvionamento deste grande mar que, como vimos, corria o risco de se tornar um pântano raso.

Disponibilidade de dados

Não aplicável.

Bibliografia

- ABURTO, L. L-.; PIÑA, F. M-. (2020). La geografía en la historiografía helenística. El concepto de *oikoumene* en las Historias de Polibio. *Byzantion Nea Hellas*, n. 39, p. 101-124.
- ANDREOTTI, G. C. (2004). Geografía e historiografía clásica: el ejemplo de Polibio. *Revista de Historiografía*, n. 1, p. 60-70.
- BAILLY, M. P. (2020). *Dictionnaire grec-français*. Paris, Gérard Gréco.
- BEKKER, I. (ed). (1831). Aristóteles. *Μετεωρολογικῶν*. Berolini, Academia Regia Borussica.
- BLAZOTTO, T. do A. (2023) *Temporada de caça: recepções e adaptações de cenas de caça ao leão no repertório helenístico (séculos IV – III a.C.)*. Tese (Doutorado em História) — Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2023.
- CHAKRABARTY, D. (2013). O clima da história: quatro teses. *Sopro* 91, p. 02-22. (1ª ed. 2009).

CLARKE, K. (1999). *Between Geography and History: Hellenistic Constructions of the Roman World*. New York, Oxford University Press, 1999.

ESPINDOLA, H. S.; NODARI, E. S.; SANTOS, M. A. dos. (2019). Rio Doce: riscos e incertezas a partir do desastre de Mariana (MG). *Revista Brasileira de História* 39, n. 81, p. 141-162.

FERREIRA-PEREIRA, L. C.; VIEIRA, A. V. G.; MELO, F. S. de. (2014). A União Europeia como Ator na Vizinhança do Leste: o caso da Ucrânia. *Contexto Internacional* 36, n. 2, p. 487-517.

FILHO, L. D. M. (2020). *Veganismo como προαίρεσις: uma leitura a partir da Ética Nicomaquéia*. Tese (Doutorado em História) — Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.

FRANCISCO, G. da S. Haiganuch Sarian e os Estudos Clássicos no Brasil. (2023). In: MOERBECK, G.; FRIZZO, F. (orgs.). *Pesquisadores da Antiguidade: a formação de um campo interdisciplinar no Brasil*. Serra, Editora Milfontes, p. 95-122.

GADAMER, H.- G. (1999). *Verdade e método*. Tradução de Flávio Paulo Meurer. 3ª ed. Petrópolis, Vozes.

GODLEY, A. D. (1920). Herodotus. *The Histories* (tradução). Cambridge, Harvard University Press. Edição bilíngue.

GRINEVETSKY, S. R.; ZONN, I. S.; ZHILTSOV, S. S.; KOSAREV, A. N.; KOSTIANOY, A. G. (2015a). *The Black Sea Encyclopedia*. Berlin, Heidelberg; Springer.

GRINEVETSKY, S. R.; ZONN, I. S.; ZHILTSOV, S. S.; KOSAREV, A. N.; KOSTIANOY, A. G. (2015b). The Introduction. In: GRINEVETSKY, S. R.; ZONN, I. S.; ZHILTSOV, S. S.; KOSAREV, A. N.; KOSTIANOY, A. G. (2015b). *The Black Sea Encyclopedia*. Berlin, Heidelberg; Springer, p. 1-5.

GUARINELLO, N. (2013). *História Antiga*. São Paulo, Contexto.

GUELFUCCI, M.- R. (2018). Polybe, la Τύχη et la marche de l'histoire. In : FRAZIER, F. ; LEÃO, D. F. (orgs.). *Tychè et pronóia : la marche du monde selon Plutarque*. Coimbra, Imprensa da Universidade de Coimbra, p. 141-167.

HEINEN, H. (1984). The Syrian-Egyptian Wars and the New Kingdoms of Asia Minor. In: WALBANK, F. W.; ASTIN, A. E.;

FREDERIKSEN, M. W.; OGILVIE, R. M. (orgs.) *The Cambridge Ancient History: The Hellenistic World*. v. VII. 2ª ed. Cambridge, Cambridge University Press, p. 412-445.

HERZFELD, M. (2005). Practical Mediterraneanism: excuses for everything, from epistemology to eating. In: HARRIS, W. V. (org.). *Rethinking the Mediterranean*. New York, Oxford University Press, p. 45-63.

HISTORICAIR. (2007). Blank map of South Europe and North Arica. *Wikimedia Commons*. Disponível em: https://en.m.wikipedia.org/wiki/File:Blank_map_of_South_Europe_and_North_Africa.svg. Acesso em: 04 mar. 2025.

HORDEN, P.; PURCELL, N. (2006). The Mediterranean and the New Thalassology. *The American Historical Review* 111, n. 3, p. 722-740.

HORDEN, P.; PURCELL, N. (2000). *The Corrupting Sea: A Study of Mediterranean History*. Oxford; Massachusetts, Blackwell.

HORNBORG, A. (2010). Toward a truly Global Environmental History: a review article. *Review* 33, n. 04, p. 295-323.

HUGHES, J. D. (2014). *Environmental Problems of the Greeks and Romans: Ecology in the Ancient Mediterranean*. 2ª ed. Baltimore, JHU Press.

HUNT, L. (2014). *Writing History in the Global Era*. New York, W. W. Norton & Company.

JOURNAL of Mediterranean Studies. *About*. Disponível em: https://www.psupress.org/Journals/jnls_MediterraneanStudies.html. Acesso em: 16 dez. 2024.

KLANOVICZ, J. (2013). História Ambiental e desastres: encontros entre política, tecnologia e sociedade. *História Unisinos* 17, n. 03, p. 293-302.

KOSELLECK, R. (2014). *Estratos do tempo: estudos sobre história*. Tradução de M. Hediger. Rio de Janeiro, Contraponto; PUC-Rio.

KOSELLECK, R. (2020). *Histórias de conceitos: estudos sobre semântica e a pragmática da linguagem política e social*. Trad. M. Hediger. Rio de Janeiro, Contraponto.

LATOUR, B. (1994). *Jamais fomos modernos: Ensaio de antropologia simétrica*. Rio de Janeiro, Editora 34. (1ª ed. 1991).

LOPES, A. R. S.; JUNIOR, M. M. V. (2020). O antropoceno como regime de historicidade. *Revista Brasileira de História & Ciências Sociais* 12, n. 23, p. 9-24.

MALHADAS, D.; DEZOTTI, M. C. C.; NEVES, M. H. de M. (coord.). (2022). *Dicionário grego-português*. 2ª ed. Cotia/SP, Ateliê Editorial; Araçoiaba da Serra/SP, Editora Mnema.

MARTINS, P. R. (2019). O vegetarianismo na Antiguidade como campo de pesquisa interdisciplinar. *Mare Nostrum* 10, n. 1.

MARQUES, L. (2015). *Capitalismo e colapso ambiental*. Campinas, Editora da Unicamp.

McNEILL, J. R.; MAULDIN, E. S. (2012). Global Environmental History: an introduction. In: McNILL, J. R.; MAULDIN, E. S. (orgs.). *A companion to Global Environmental History*. Chichester, Wiley-Blackwell, p. xvi-xxiv.

MEDITERRANEAN Studies Society. *Conferences*. Disponível em: <https://www.mediterraneanstudies.org/conferences.html>. Acesso em: 16 dez. 2024.

MEINEKE, A. (ed.) (1877). Strabo. *Geographica*. Leipzig, Teubner.

MENESES, U. B. de. (1983). A cultura material no estudo das sociedades antigas. *Revista de História* 115, p. 103-117.

MENESES, U. B. de. (2011). Entrevista com Ulpiano Toledo Bezerra de Meneses. Entrevistadores: Luciana Quillet Heymann e Aline Lopes de Lacerda. *Estudos Históricos* 24, n. 48, p. 405-431.

MORALES, F.; GEBARA da SILVA, U. (2020). História Antiga e História Global: afluentes e confluências. *Revista Brasileira de História* 40, n. 83, p. 126-150.

MORETTO, S. P.; NODARI, E. S. (2011). O meio ambiente como tema da história. In: FLORES, M. B. R.; BRANCHER, A. L. (orgs.). *Historiografia: 35 anos*. Florianópolis, Letras Contemporâneas, p. 93-109.

OLIVER-SMITH, A. (1999). "What is a Disaster?": Anthropological Perspectives on a Persistent Question. In: HOFFMAN, S.; OLIVER-

SMITH, A. *The Angry Earth: Disaster in Anthropological Perspective*. New York, Routledge, p. 18-34.

DOS SANTOS OLIVEIRA, R. (2022). O cita nômade como estereótipo na Antiguidade: Heródoto, Hipócrates e a gênese de uma concepção. *Romanitas*, n. 19, p. 20-40.

PÁDUA, J. A. (2010). As bases teóricas da história ambiental. *Estudos Avançados* 24, n. 68, p. 81-101.

PATON, W. R. (1925). *The Histories* (tradução). 6 v. Londres, William Heinemann; New York, G. P. Putnam's Sons. Edição bilíngue grego-inglês.

PÉDECH, P. (1964). *La méthode historique de Polybe*. Paris, Les Belles Lettres.

PEREIRA, E. M.; LOPES, A. R. S. (2024). A última catástrofe planetária? História Ambiental e História do Tempo Presente, uma aproximação necessária. *Tempo* 30, n. 01, p. 01-18.

RECORT, M. B. (1981). Políbio. *Storie* (tradução). 3 v. Madrid, Editorial Gredos.

LEFEBVRE, R. (orgs.].). (2013). Les animaux et l'éthique. *Archai: Dossiê*, n. 11.

SANTOS, D. (2023) Eurípides Simões de Paula: pioneiro na formação da área de História Antiga no Brasil. In: MOERBECK, G.; FRIZZO, F. (orgs.). *Pesquisadores da Antiguidade: a formação de um campo interdisciplinar no Brasil*. Serra, Editora Milfontes, p. 31-52.

SEBASTIANI, B. B. (2013). A política da errância de Odisseu no livro 34 de Políbio. In: VENTURA da SILVA, G.; LEITE, L. R. (orgs.). *As múltiplas faces do discurso em Roma: textos, inscrições, imagens*. Vitória, EDUFES, p. 45-55.

SEBASTIANI, B. B. (2016). Políbio. *História pragmática: livros I a V* (tradução). São Paulo, Perspectiva; Fapesp.

SCOPACASA, R. (2018). Hegemonia romana e transformações culturais no mediterrâneo (séculos IV – II a.C.): novas perspectivas da história global. *Revista História*, n. 177, a04917.

SANTOS, D.; SILVA, D. (2022). A historiografia antiga e a consciência do método da investigação histórica: uma leitura das *Histórias* de Políbio de Megalópolis. *História da Historiografia* 15, n. 40, p. 162-185.

SOARES, C.; DIAS, P. B. (orgs.). (2012). *Contributos para a história da alimentação na Antiguidade*. Coimbra, Imprensa da Universidade de Coimbra.

SPINELLI, M. (2009). Sobre as diferenças entre *éthos* com épsilon e *éthos* com eta. *Trans/Form/Ação* 32, n. 2, p. 9-44.

THOMMEN, L. (2012) *An Environmental History of ancient Grece and Rome*. Cambridge, Cambridge University Press. (1ª ed. 2009).

THONEMANN, P. (2016). *The Hellenistic Age*. Oxford, Oxford University Press.

THORNTON, J. (2020). *Políbio: Il politico e lo storico*. Roma, Carocci.

TRABULSI, J. A. D. (2014). Ecologia e Antiguidade: Resenha da obra de: THOMMEN, L. (2012). *An Environmental History of ancient Grece and Rome*. Cambridge: Cambridge University Press, 2012. *Phoînix* 20, n. 02, p. 152-160.

TSETSKHLADZE, G. R.; AVRAM, A.; HARGRAVE, J. (orgs.). (2021). *The Greeks and Romans in the Black Sea and the Importance of the Pontic Region for the Graeco-Roman World (7TH Century BC-5th Century AD): 20 years On (1997-2017)*. Oxford, Archaeopress Archeology.

TURIN, R. (2023). Antropoceno e futuros presentes: entre regime climático e regimes de historicidade potenciais. *Topoi* 24, n. 54, p. 703-724.

VARGAS, A. Z. (2017). Uma ambiguidade retórica tucidideana. In: SILVA, G. J. da; SILVA, M. A. de O. (orgs.). *A ideia de história na Antiguidade Clássica*. São Paulo, Alameda, p. 61-89.

WALBANK, F. W. (1958). *A historical commentary on Polybius*, v. 1. Oxford, Clarendon Press.

WOBST, T. B-. (ed) (1985). *Polybii. ἱστορίαι*. 4 v. Stuttgart, Teubner.

WORSTER, D. Para fazer história ambiental. (1991). Tradução de José Augusto Drumond. *Estudos Históricos* 4, n. 8, p. 198-215.

Editora: Semíramis Corsi

Submetido em 09/03/2025 e aprovado para publicação em 23/05/2025



Este é um artigo de acesso livre distribuído nos termos da licença Creative Commons Attribution, que permite uso irrestrito, distribuição e reprodução em qualquer meio, desde que o trabalho original seja citado de modo apropriado.

Gostaria de enviar um artigo para a Revista *Archai*? Acesse <http://www.scielo.br/archai> e conheça nossas *Diretrizes para Autores*.
